

DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672594780>

Apresentação do Dossiê

Poder e Dominação no Andar de Cima do Rural Brasileiro (Parte II)

Uma homenagem à Afrânio Raul Garcia Jr.

Valdênio Freitas Meneses (UFCG)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0511840894418595>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1914-9265>

E-mail: valdenio.freitas@professor.ufcg.edu.br

Marcos Botton Piccin (UFSM)

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1966566635404223>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7254-0036>

E-mail: marcos.piccin@ufsm.br

No dia 30 de novembro de 2024, perdemos Afrânio Raul Garcia Jr., intelectual brilhante com contribuições obrigatórias para quem queira entender o rural brasileiro. Um dos pressupostos teórico-metodológicos presentes em suas obras é a necessidade do esforço em entender relacionalmente o espaço social brasileiro com suas conexões internacionais. Para entender os grupos subalternos do campo brasileiro, foi levado a entender a lógica da grande lavoura para a exportação. Em outras palavras, as trajetórias e destinos dos grupos subalternos estavam diretamente relacionadas com as estratégias de reprodução social de grupos dominantes. Isso nunca retirou de suas obras o protagonismo das lutas sociais populares, mas restituía o campo de forças com o qual era produto e produtor. Analisar o estrato de cima do espaço social é tarefa de grande envergadura intelectual, pois obriga a considerar o campo do poder como produtor de lógicas que reproduzem e atualizam relações de dominação.

Mas, mais do que isso; Afrânio era sagaz, debatedor de primeira linha, com enorme capacidade de transitar entre diferentes áreas, para quem não havia sentido em pesquisa teórica sem ser capaz de constituir padrões de explicação sobre os objetos de pesquisa empíricos. Foi nosso orientador e amigo comum a quem muito devemos nossos projetos intelectuais.

A ele dedicamos este dossiê.

Este é o segundo volume do dossiê “Poder e Dominação no ‘andar de cima’ do Mundo Rural Brasileiro”. O primeiro volume, que pode ser acessado [aqui](#), contou com sete trabalhos. Neste volume, seguem mais sete artigos. Os dois volumes são, em parte, resultado dos debates travados no âmbito de um Grupo de Trabalho que coordenamos no 10º Encontro da Rede de Estudos Rurais, em 2023. Os debates dos trabalhos não se encerraram lá, nem são mais os mesmos que lá foram apresentados, pois ganharam em rigor teórico-metodológico e profundidade nas análises. Este evento se tornou referência pela qualidade dos debates, em especial dos Grupos de Trabalho. Os dois volumes dão uma importante contribuição ao estudo das classes dominantes no Brasil.

Os artigos reunidos neste dossiê percorrem diferentes escalas – de um dos principais biomas brasileiros que é o Cerrado ao plenário do Senado, das redes acadêmicas internacionais às memórias de uma família sertaneja – para iluminar como o patronato rural brasileiro constrói, reproduz e legitima o seu poder. Apesar da heterogeneidade dos objetos empíricos, emergem quatro eixos transversais: a) disputa por terra, água e excedentes; b) construção de representações políticas e discursivas; c) engrenagens institucionais que convertem interesses privados em políticas públicas; e d) dispositivos simbólicos de longa duração que naturalizam hierarquias sociais. As distintas abordagens oferecem um panorama denso e multifacetado desta fração da classe dominante brasileira. Longe de abordá-la como uma entidade monolítica, os estudos aqui reunidos revelam sua plasticidade histórica, discursiva e institucional, expondo tanto suas estratégias de enraizamento simbólico quanto os dispositivos formais de poder que sustentam sua hegemonia. A proposta comum que perpassa esses textos é a de compreender como o patronato rural estrutura o campo social brasileiro como um território de disputas, ora pela via política, ora pela disputa simbólica, ora pela expropriação direta.

Logo à abertura do volume, o texto de Jefferson Henrique Moraes Castilho e Karla Emmanuela Ribeiro Hora reflete sobre os efeitos territoriais da expansão dos cultivos de exportação no Cerrado brasileiro. Sob uma perspectiva histórico-estrutural, o texto investiga como a modernização da agricultura, impulsionada pela Revolução Verde e por políticas públicas orientadas para o aumento da produtividade, resultou na devastação ambiental de um dos biomas mais ricos do planeta e na expropriação de comunidades tradicionais. A análise recorre a uma sólida base empírica, articulando dados de sensoriamento remoto, análises cartográficas e revisão documental de fontes científicas e

institucionais. Os autores demonstram como o avanço da fronteira agrícola sobre o Cerrado, associado ao crescimento da produção de *commodities* voltadas à exportação, comprometeu a diversidade ecológica e cultural da região. A noção de território é mobilizada de forma a articular as dimensões ecológica, política e simbólica da disputa pela terra e pelos recursos naturais. A contribuição metodológica do artigo também é relevante, ao combinar tecnologias de geoprocessamento com análise sociológica, permitindo uma leitura integrada das formas de dominação e resistência que atravessam o bioma Cerrado.

Esse pano de fundo de mudança estrutural dá concretude histórica à análise realizada por Olavo Brandão Carneiro acerca dos interesses institucionais defendidos pelo patronato na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) do Senado Federal. A pesquisa se vale de uma rara combinação de etnografia institucional, prosopografia política e análise documental de emendas parlamentares de doze senadores que, entre 2011 e 2014, compuseram a FPA. Ao reconstituir suas trajetórias, o artigo de Carneiro sustenta como esses senadores redefinem os contornos de atuação da própria FPA. Esses parlamentares mantêm controle sobre a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, mas expandem sua influência para grupos temáticos que, à primeira vista, não guardam relação direta com o campo – direitos das mulheres, cultura afro-brasileira, defesa das pessoas com deficiência. Tal dispersão, segundo o autor, faz parte de uma estratégia: ela cria pontes discursivas com segmentos urbanos, dilui a percepção de privilégio setorial e permite que emendas individuais irriguem obras de infraestrutura em suas bases eleitorais. A apropriação de espaços institucionais, portanto, aparece como complemento político à apropriação territorial mapeada no artigo inaugural.

Se a representação político-institucional é fundamental para a defesa dos interesses patronais com interesse no campo brasileiro, o artigo de Afonso Henrique Fernandes revela uma potente análise sobre a conformação de redes acadêmicas internacionais de formação em *agribusiness*. Seu foco recai sobre a constituição de um campo científico hegemônico ancorado em instituições como a *Harvard Business School*, onde o termo *agribusiness* foi concebido e consolidado a partir da década de 1950. Fernandes propõe uma abordagem gramsciano-bourdieuiana para compreender como as redes internacionais de ensino e pesquisa em agronegócio – principalmente no Brasil e na Argentina – operam como trincheiras simbólicas na construção de uma visão de mundo funcional ao grande capital agroindustrial. Por meio de uma pesquisa documental que

incluiu publicações acadêmicas, institucionais e da mídia especializada, o autor mapeia as alianças entre lideranças empresariais e intelectuais orgânicas do agro, revelando os mecanismos pelos quais se produz, circula e legitima uma racionalidade técnico-econômica que naturaliza a concentração fundiária, a financeirização da terra e a expansão global das cadeias produtivas. Ao abordar as universidades como espaços de produção de hegemonia, o artigo contribui decisivamente para um campo ainda escasso de análises críticas sobre o papel da educação superior na reprodução das elites rurais. Dessa forma, o patronato amplia seu alcance para além da política institucional estrita, penetrando o campo científico e definindo agendas de pesquisa, métricas de sustentabilidade e noções de competitividade.

No texto de Vinícius Jean Bath o foco desloca-se para a análise da produção e imposição de significados simbólicos capazes de criar unidade a partir de distintos interesses. Amparado na Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, o estudo argumenta que o significante ‘agro’ funciona como ponto nodal capaz de suturar antagonismos entre grande exploração e a agricultura familiar dentro da narrativa de “Uma Só Agricultura”. Tal sutura não elimina os conflitos materiais, mas reorganiza o campo semântico em torno de um ideal de unidade nacional e modernidade tecnológica. A virada retórica ganhou impulso nos últimos vinte anos, primeiro nos governos petistas, quando o setor necessitava dialogar com uma coalizão progressista, e depois nos governos que se seguiram, que converteram o ‘agro’ em emblema de patriotismo econômico. O artigo mapeia falas de ministros, campanhas publicitárias e notas da Confederação Nacional da Agricultura para mostrar como expressões aparentemente neutras, como “o Brasil que dá certo”, foram carregadas de sentido estratégico: elas justificam subsídios, flexibilizações ambientais e ataques a políticas diferenciadas sob o argumento de que “não há dois brasis agrícolas”.

Em direção semelhante, mas com uma perspectiva de longo prazo, o artigo sobre a racionalização da agricultura brasileira propõe uma análise de longa duração do processo de modernização agrícola. O autor revisita desde os tratados agronômicos do século XVIII até os discursos contemporâneos sobre Agricultura 4.0 para demonstrar como a racionalidade técnico-econômica foi paulatinamente incorporada por diferentes classes sociais do meio rural. A racionalização aparece, aqui, como uma forma histórica de orientação da ação produtiva, que reorganiza o tempo, o espaço e as relações sociais no campo. A originalidade do texto está em sua capacidade de articular os discursos

normativos da técnica com as práticas concretas dos sujeitos sociais, explorando as convergências e divergências entre empresários rurais, movimentos camponeses e agricultores familiares. Com isso, o artigo procura desnaturalizar a oposição entre o chamado agronegócio e a chamada agricultura familiar, revelando como ambos compartilham, em maior ou menor grau, dos pressupostos de uma ética produtivista e empresarial.

Outra perspectiva singular é apresentada pelo estudo de Giovanni Alves Duarte de Sá ao mergulhar na micro-história de uma família do sertão pernambucano para revelar a face mais longeva do patronato. Os livros de memórias dos Pereira do Pajeú, publicados em edições caseiras, mas amplamente distribuídos em eventos municipais, constituem um arquivo genealógico que legitima duas centenas de anos de domínio político. O autor demonstra que essas publicações não são apenas registros históricos, mas dispositivos estratégicos de distinção social, usados para reiterar o prestígio moral e político de linhagens tradicionais, exalta linhagens que remontam ao Império e descreve façanhas bélicas como sinais de honra da família. Essa literatura, circulando nas escolas e nas repartições públicas locais, opera como dispositivo de violência simbólica no sentido bourdieusiano: naturaliza hierarquias, converte capital cultural em votos e delimita quem pode narrar a história oficial da cidade. O texto ilumina como o capital simbólico se acumula e se converte em legitimidade social, vinculando honra, ancestralidade e poder político. Trata-se de uma contribuição singular para o estudo do patronato rural, pois revela como a dominação de longa duração também se sustenta pela produção de narrativas e pela organização da memória familiar.

Fechando o dossiê, o estudo de Pâmela Kenne e Marcos Botton Piccin demonstram que o mercado não é resultado natural das trocas mercantis, em que os recursos escassos guiariam as escolhas econômicas e racionalidade plena condicionando o comportamento do agente econômico. Se inserem em uma longa tradição da sociologia da economia. A análise empírica se desenvolve sobre a expansão da soja na chamada metade sul do Rio Grande do Sul, onde antigas estâncias de criação de gado extensivo cedem áreas em arrendamento. O texto mobiliza a sociologia econômica institucionalista para compreender como se articulam as estratégias patronais de controle da renda da terra com a atuação política nas entidades de classe. A investigação empírica é construída a partir de entrevistas, relatórios de mercado e documentos oficiais da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (Farsul), revelando como as lideranças do

agro se constituem como atores estratégicos na formulação de políticas públicas, na mediação de interesses com o Estado e na produção de discursos legitimadores do modelo exportador.

Quando lidos em sequência, os sete artigos compõem um mosaico coerente. O avanço da fronteira agrícola no Cerrado revela as bases materiais do poder; a prosopografia dos senadores mostra como esse poder se traduz em representação institucional; a análise do discurso de “Uma Só Agricultura” desvenda a camada ideológica que busca harmonizar interesses antagônicos; o estudo das redes acadêmicas demonstra a produção de consenso técnico-científico; a etnografia das memórias familiares ilumina a persistência de estratégias simbólicas seculares; e a investigação sobre as elites gaúchas explicita a adaptação concorrencial em mercados globalizados. Em conjunto, eles sugerem o patronato rural brasileiro como um complexo de práticas articuladas que envolve controle de recursos naturais, dominação de arenas decisórias, legitimação pelos centros produtores de conhecimento, influência regulatória e reprodução de hierarquias culturais.

Esse retrato plural tem implicações de ordem teórica e prática. Por um lado, convida as ciências sociais a superar leituras maniqueístas que opõem “tradicional” a “moderno”; o patronato transita com desenvoltura entre ambos os polos, combinando agronegócio *high-tech* com velhas formas de mando patriarcal. À medida que questões de soberania alimentar, justiça climática e transição energética ganham centralidade, entender a engrenagem multiescalar do patronato torna-se passo indispensável para qualquer projeto de desenvolvimento que pretenda ser democrático e sustentável.

Concluimos destacando que o dossiê, ao articular abordagens provenientes da geografia, da ciência política, da sociologia econômica, dos estudos do discurso, da história intelectual e da antropologia, exemplifica a potência das pesquisas interdisciplinares para decifrar configurações de poder complexas. Seu mérito maior talvez resida no fato de mostrar que, por trás dos recordes de safras e do marketing televisivo que proclama “agro é tech, agro é pop”, subsiste um emaranhado de práticas de apropriação de excedentes, de construção de hegemonia e de fabricação de consentimento que remonta às fundações coloniais do país, mas que se reinventa a cada ciclo de mercado, a cada instrumento legal e a cada inovação discursiva. Se a força do patronato rural reside justamente nessa capacidade de metamorfose, a relevância científica e política deste conjunto de textos está em evidenciar, com rigor empírico e

sofisticação teórica, as linhas de continuidade por trás das mudanças aparentes. Fica um convite para pensar o futuro do campo brasileiro sem perder de vista seu passado longa duração e as complexas redes que, no presente, sustentam o poder das velhas e novas elites da terra.